

ENSINO SECUNDÁRIO EM GOIÁS: A CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE ESCOLAS CATÓLICAS (1889-1945)

Ana Maria Gonçalves¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo destacar a expansão do ensino secundário em Goiás, no período de 1889 a 1945, através da organização de uma rede de escolas confessionais católicas. Parte-se do pressuposto de que a Igreja Católica Apostólica Romana tomou a educação como um campo privilegiado de atuação, a partir do qual constituiu sua identidade enquanto ator social, buscando expandir-se para os campos político e cultural do país. Este trabalho faz um recorte da pesquisa *O Legado Educacional do Catolicismo em Goiás (1889/1957)*, que tem como objetivo mapear o processo de criação de uma rede de escolas católicas no estado, como parte do projeto católico ultramontano. Os traços do ultramontanismo estão explícitos em documentos emitidos no episcopado de Dom Eduardo Duarte Silva, perpassando o episcopado de Dom Prudêncio Gomes da Silva e Dom Emanuel Gomes de Oliveira, que abarcam o recorte temporal adotado. Grosso modo, o trabalho pastoral dos bispos da diocese goiana se assentou em três aspectos: visitas pastorais, a formação de um novo clero e a fundação de escolas católicas. Privilegiou-se a criação de escolas para demonstrar o papel desempenhado pelo catolicismo na criação e expansão do acesso à educação escolar nessa unidade da federação. Um elemento importante no processo de expansão da rede de escolas católicas foi a vinda de congregações religiosas para Goiás. Dados da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação dão conta de que o maior percentual de escolas secundárias do estado, à época, era particular. As fontes documentais utilizadas são Cartas Pastorais, a biografia de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, jornais de época e contribuições de historiadores e memorialistas que lidaram com temas correlatos ao desta pesquisa. Os resultados e conclusões expressam uma aliança entre Igreja Católica Apostólica Romana e poder público, o qual assegurou, por meio de subvenções, o funcionamento e expansão de escolas católicas em Goiás.

Palavras-Chave: Ensino secundário. Educação católica. Sistema educacional goiano.

INTRODUÇÃO

A análise da atuação da Igreja Católica Apostólica Romana no campo educacional em Goiás pressupõe situar sua presença no território goiano desde 1726, início do povoamento, no período da mineração. À época, Goiás pertencia à capitania de São Paulo, condição em que se manteve até 1749. Foi, portanto, no bojo do bandeirantismo paulista, que se propunha a desbravar os sertões, que vieram para as terras goianas os primeiros padres e capelães.

¹Doutorado em Educação pela UNESP/Campus de Araraquara. Professora Associado III da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. anamaria.23@uol.com.br

Todavia, no que tange às questões administrativo-religiosas, a dependência de Goiás era com o Rio de Janeiro, assim permanecendo até 1745, quando novas dioceses e prelazias foram criadas.

Nesses termos, a história da organização da Igreja Católica Apostólica Romana em Goiás se iniciou com a criação da prelazia de Sant'Anna em 1745, pela Bula "*Candor LucisAeternae*" do Papa Bento XIV. Em 15 de julho de 1826, pela Bula "*SollicitaCatholiciGregis Cura*", do Papa Leão XII, foi elevada à Diocese. A transformação em Arquidiocese e Sede Metropolitana se deu em 18 de novembro de 1932, pela Bula "*Quae In Facillioem*", do Papa Pio XI.

Vale ressaltar que, à medida que o povoamento avançava sertão adentro, arraiais iam se formando e igrejas iam sendo erigidas. Castro (2006) registra que no final do século XVIII existiam mais de 20 (vinte) paróquias na capitania de Goiás. Bretas (1991), em levantamento acerca dos/as primeiros/as professores/as goianos/as no período colonial, registra o nome de vários padres e presbíteros ocupando cadeiras régias. Há que se reconhecer, portanto, que a ação dos religiosos católicos não se deu apenas em relação à formação de valores espirituais e morais, mas também no campo intelectual.

Considerando, pois, que a Igreja Católica Apostólica Romana, desde o início do povoamento da capitania de Goiás, depois estado, exerceu um papel relevante no campo educacional, este artigo tem como objetivo destacar a expansão do ensino secundário, no período de 1889 a 1945, através da organização de uma rede de escolas confessionais católicas. Parte-se do pressuposto de que a Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil tomou a educação como um campo privilegiado de atuação, a partir do qual constituiu sua identidade enquanto ator social, buscando se expandir para os campos político e cultural do país.

O recorte temporal adotado abarca parte do processo de romanização da Igreja Católica Apostólica Romana goiana, e foi definido considerando a vinda das primeiras congregações e ordens que iriam se responsabilizar pela abertura de escolas católicas no estado. A romanização em Goiás teve início na segunda metade do século XIX, no episcopado de Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1865/1876), que, atendendo às exigências do movimento reformador católico, fundou o Seminário de Santa Cruz e iniciou o sistema de visitas pastorais. Traços do ultramontanismo se fazem presentes, também, em documentos emitidos no episcopado de Dom Cláudio José Ponce de Leão (1881/1890), Dom

Eduardo Duarte Silva (1891/1907), considerado o auge da reforma; e perpassam o episcopado de Dom Prudêncio Gomes da Silva (1908/1921) e Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1922/1957). Grosso modo, o trabalho pastoral dos bispos da diocese goiana se assentou em três aspectos: visitas pastorais, a formação de um novo clero e a fundação de escolas católicas.

Em suma, a partir de reflexões oriundas da pesquisa *O Legado Educacional do Catolicismo em Goiás (1889/1957)*², com o aporte de dados de 1945, extraídos da Divisão do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e balizada em informações obtidas em fontes relativas à Igreja Católica, este trabalho busca compor um quadro compreensivo quanto ao papel desempenhado pela Igreja Católica Apostólica Romana em Goiás no processo de expansão do ensino secundário, no período de 1889 a 1945.

O ULTRAMONTANISMO EM GOIÁS: A EDUCAÇÃO COMO FORÇA MOTRIZ

Para entender o movimento restaurador católico em Goiás, faz-se necessário realizar uma digressão no sentido de caracterizar as ideias que lhe deram sustentação, ou seja, compreender o novo projeto de doutrinação da Igreja Católica Apostólica Romana. Esse projeto se caracterizava por uma cosmovisão eclesiástica que se contrapunha ao mundo moderno, por conseguinte, ao Liberalismo, cujas concepções de governo e educação traduziam, em suas práticas cotidianas, posições anticlericais. Essa nova doutrina social da Igreja, consagrada no Concílio Vaticano I, foi denominada ultramontanismo.

De acordo com Manoel (2008, p. 46), o ultramontanismo se desenvolveu como reação ao mundo moderno, cujas características se expressam no “[...] conjunto de novas relações sociais de produção capitalistas, novas relações políticas, novas propostas culturais que, começando a se esboçar no século XVI, tomaram contornos definitivos e se efetivaram após as revoluções industrial e francesa”.

Azzi (1994) afirma que um conceito utilizado como sinônimo de ultramontanismo é romanização, que significa adesão aos princípios doutrinários que conferem poderes plenos ao

² Este trabalho é um recorte da pesquisa *O Legado Educacional do Catolicismo em Goiás (1889/1957)*, financiado pela FAPEG, desenvolvido no estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Campus de Marília, na linha de pesquisa “Filosofia e História da Educação no Brasil” e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas e Instituições Educacionais, sob a supervisão da Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba.

Papa, a ele ligando toda a hierarquia eclesiástica independente de nacionalidade. De acordo com o autor, o processo romanizador se caracterizava pela normalização disciplinadora das atividades religiosas, no sentido de recatolicizar a sociedade, submetendo-a à Igreja clerical e à valorização dos sacramentos em detrimento do culto aos santos.

Manoel (2008) destaca que essa nova autocompreensão da Igreja se impôs como válida para todo o orbe católico, propiciando a promoção da reforma, graças à aglutinação das forças conservadoras em torno do poder papal. Para o autor, dois eventos favoreceram a hegemonia desse grupo: a restauração da Ordem dos Jesuítas e o pontificado de Gregório XVI. Assim, o programa ultramontano pode ser executado, o qual se erigia em torno de três pontos centrais:

- 1) Combater o pensamento moderno, em todos os lugares e em todos os momentos, com o intuito de recuperar para a Igreja o monopólio da produção do saber, segundo os cânones do tomismo; 2) internamente, combater os adeptos de uma política descentralizadora com primazia do episcopado, impondo a concentração do poder institucional nas mãos do papa e da cúria romana; 3) externamente, neutralizar a ingerência do poder temporal nos assuntos da Igreja (MANOEL, 2008, p. 47).

O ultramontanismo, enquanto orientação política da Igreja Católica Apostólica Romana, difundiu-se no Brasil entre 1840/1937, por meio da ação do episcopado brasileiro. Ele trouxe como marca o centralismo institucional em Roma e o fechamento da Igreja sobre si mesma. A restauração católica se fez a partir da doutrinação, difundida em homilias, publicações periódicas e pela organização de um sistema educacional.

Tal como a Santa Sé denunciava o Liberalismo, principalmente no pontificado de Pio IX, os bispos brasileiros também apontavam as ideias liberais como o caminho para a desordem e a anarquia. Para o episcopado, que se comunicava com os fiéis através de cartas pastorais, a doutrina liberal desorganizava os valores éticos vigentes na sociedade, redundando desagregador e a um passo do socialismo comunista e ateu.

Seguindo, pois, as orientações ultramontanas, os bispos de Goiás iniciaram o processo de reforma da Igreja Católica Apostólica Romana e do catolicismo popular a partir do episcopado de Dom Domingos Quirino de Souza (1860-1863) e Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1865-1876), conforme Silva (2000), Silva (2008), e Santos (2006). A esses dois bispos coube iniciar o processo da reforma segundo os cânones tridentinos. Nesse termos, ao primeiro coube iniciar a organização da diocese; e ao segundo fundar um seminário para formação sacerdotal, instituir as visitas pastorais, e iniciar uso de cartas pastorais.

Vale lembrar que as ideias ultramontanas não eram comungadas por todos os clérigos, mas acabaram se tornando hegemônicas no seio da Igreja Católica Apostólica Romana no país. Em Goiás, a reforma foi conduzida por bispos com formação europeizada, os quais contaram com o auxílio de congregações estrangeiras. Nessa unidade da federação, como nas demais, a atuação se deu especialmente por meio de cartas pastorais e de fundação de escolas.

Na perspectiva de situar a ação do episcopado goiano quanto à difusão da mentalidade tridentina, merece destaque a atuação dos demais bispos de Goiás, responsáveis pelo processo reformista. Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1891), por exemplo, ao longo de seu episcopado, realizou inúmeras visitas pastorais, assim como escreveu várias cartas pastorais, nas quais estão presentes orientações do movimento reformador católico. Ele atuou na definição de como se realizaria os sacramentos, as festividades e se empenhou para a vinda de congregações religiosas para o estado de Goiás. De sua ação, resultou a vinda das Dominicanas de Nossa Senhora do Santíssimo Rosário de Monteils para a Cidade de Goiás, dando origem à primeira escola para meninas do estado, o Colégio Sant'Ana (GONÇALVES, 2004).

Em Carta Pastoral de 1891, Dom Eduardo Duarte Silva (1891-1908), sucessor de Dom Cláudio, enfoca a relevância dos serviços desenvolvidos pelas ordens e congregações religiosas; agradece pelo trabalho que prestam à pátria e à diocese de Goiás; e ressalta a necessidade de conservação das mesmas nas paróquias goianas, para as quais solicita apoio da sociedade.

No episcopado de Dom Eduardo, a romanização atingiu o auge. Todavia, esse período foi conturbado, visto que, em virtude de suas convicções, desde sua posse, em 1891, suas ações quanto às manifestações religiosas populares na diocese de Goiás geraram insatisfações. Dom Eduardo buscou assumir o controle dos centros de devoção e o fez de forma autoritária, gerando atritos com as irmandades. Para o bispo, era preciso cristianizar as romarias, função confiada às congregações religiosas estrangeiras, como foi o caso de Trindade, entregue aos padres redentoristas (SANTOS, 2006).

Além da animosidade quanto às resoluções de Dom Eduardo em relação às manifestações populares religiosas, a ascensão ao poder de um grupo com posições anticlericais, e o confisco do prédio do Seminário por parte governo, resultaram na transferência da sede da Diocese para Uberaba, em 1896.

O episódio da transferência da sede do bispado de Goiás para Uberaba denota problemas na montagem da aliança entre a Igreja Católica Apostólica Romana e os detentores do poder local. Obviamente, o ocorrido não representa uma ruptura, configurada em virtude da separação Estado-Igreja; tão somente significa dificuldade no estabelecimento de diálogo entre as partes, dimensão fundamental no processo político instaurado pela descentralização encetada no período republicano (MICELLI, 1988).

Ao Dom Prudêncio Gomes da Silva (1908-1921), sucessor de Dom Eduardo, coube sedimentar o processo de “estadualização” da política eclesiástica local. Segundo Vaz (1997), o trabalho do bispo foi favorecido pela conjuntura criada com a virada política ocorrida em Goiás entre 1909 e 1912, que colocou fim na hegemonia dos Bulhões no estado, resultando no retorno da sede da diocese goiana para a Cidade de Goiás em 1908.

Vale lembrar que, definido o impedimento de subsídios do Estado a qualquer culto religioso, a Igreja Católica Apostólica Romana adotou a instalação de dioceses nos estados como estratégia de recuperação de espaço político. Essa estratégia contou com o apoio do clero reformado, fiel às determinações Roma, o qual atuou em vários setores sociais.

Dom Prudêncio sedimentou o processo de estadualização da diocese goiana adotando uma posição singular de adequação ao jogo político, ou seja, fazia um “intenso proselitismo em favor do Estado e da ordem vigente, orientando o clero quanto às ideias e ao comportamento a serem difundidos entre os católicos” (SILVA, 2000, p. 74).

As principais realizações do bispado de Dom Prudêncio estão explicitadas na Carta Pastoral de 1917, quais sejam: reabertura do Seminário no povoado de Ouro Fino, próximo à capital do estado; equiparação de colégios católicos às escolas oficiais; a fundação da Sociedade São Vicente de Paulo e do Apostolado da Oração; criação do Círculo Católico e da Pia União das Filhas de Maria; restauração de outras associações; a fundação do Jornal Católico – *O Lidador*; visitas pastorais; restauração de Capelas; e a construção da Catedral de Goiás.

É visível que as realizações de Dom Prudêncio guardam consonância com as orientações de Roma. Essa percepção pode ser sentida por meio das organizações católicas que estimulou e criou ao longo de seu episcopado. Afinal, o papa Pio X percebeu que a consolidação do projeto político da Igreja Católica Apostólica Romana se daria por meio da ação. Assim, ele propôs o “arrebanhamento dos católicos e a transformação do fiel em agente

da concretização do projeto de Roma”, conforme Manoel (2008, p. 56), por meio da Ação Católica.

De acordo com Manoel (2008, p. 56), a Ação Católica foi:

[...] um projeto para trazer o laicato para o interior da Igreja e transformá-lo em aguerrido combatente das causas do catolicismo. Para isso, ela foi estruturada para que todos, da tenra idade à velhice, encontrassem um espaço de atuação no verdadeiro exército da ação e da palavra em defesa da fé católica.

Manoel destaca que a Ação Católica não visava apenas faixas etárias, mas ocupações e lugares sociais. Nesse sentido, diversas associações foram criadas, como: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), além de círculos de estudo e aprofundamento na doutrina e filosofia católicas.

O trabalho de restauração em Goiás foi continuado por Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1922-1957), que sucedeu Dom Prudêncio. Este reorganizou as finanças da diocese e regularizou os patrimônios da Igreja Católica Apostólica Romana no estado. Construiu e reconstruiu igrejas em vários municípios e, ao longo de seu bispado, promoveu a vinda de várias ordens e congregações religiosas para Goiás. Ademais, seguindo orientações do papa acerca do papel da imprensa no processo de romanização, fundou o jornal católico *Brasil Central*, cujo primeiro número saiu em 1931.

Convém ressaltar que o bispado de Dom Emanuel, além de marcado pelo novo direcionamento do projeto de Roma, foi favorecido pela conjuntura nacional. Afinal, a partir dos anos 1920 teve início um processo formal de reaproximação entre Estado e Igreja Católica Apostólica Romana. Iniciava-se, naquele período, a retomada do poder e prestígio dessa instituição, que se restabeleceria de modo efetivo após 1930.

Contudo, de acordo com Silva (1948), as maiores realizações de Dom Emanuel se deram no campo da instrução. Em Bonfim, fundou um seminário, o Ginásio Arquidiocesano Anchieta, a Escola Agropecuária para órfãos e o educandário para meninas, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora; em Morrinhos, o Ginásio Oficial; em Anápolis, o Ginásio Arquidiocesano Municipal de Anápolis, posteriormente São Francisco de Assis; em Campinas, o Colégio Santa Clara; em Catalão, o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus; em Ipameri, o Ginásio Jesus Crucificado; em Formosa, o Ginásio Arquidiocesano do Planalto; e em Jaraguá, o Ginásio Arquidiocesano e Municipal. Com a mudança da capital para Goiânia,

a sede do bispado foi transferida para a nova capital. Nesta cidade, criou o Colégio Ateneu Dom Bosco e o Colégio Santo Agostinho. Por sua atuação, recebeu a denominação “Arcebispo da Instrução”.

OS INSTITUTOS RELIGIOSOS EM GOIÁS: PREDOMINÂNCIA FEMININA

A chegada de freiras para dirigir colégios no Brasil data do século XIX, intensificando-se nas primeiras décadas do século XX. A vinda das religiosas esteve vinculada a duas questões: os interesses da Santa Sé e os apelos da elite brasileira para que as mesmas se instalassem em determinadas regiões.

Segundo Nunes (2001), não era simples realizar o desejo de ingresso em um convento no período colonial brasileiro. Assim, contrariamente ao que acontecia na América espanhola, no Brasil, somente no século XVII surgiram os primeiros mosteiros femininos. Para a autora, a diferença se explica por fatores de ordem econômica, política e populacional. Em primeiro lugar, estavam elevados os custos para se criar e manter casas religiosas, constituindo um impeditivo. Além disso, há que se considerar que o modelo de exploração das riquezas naturais, adotado na América portuguesa, não favorecia a economia local, dificultando, portanto, a criação de conventos. Acrescente-se, ainda, que a população rarefeita trazia preocupação em termos de defesa das fronteiras, assim como o povoamento calcado em um processo de miscigenação também inquietava as autoridades. Nesses termos, considerando o reduzido número de mulheres brancas, potencialmente férteis, o Rei se recusava a autorizar a abertura de um convento feminino na Colônia.

Todavia, a despeito das restrições, “recolhimentos” de mulheres foram criados, mas sem regras canônicas. Foi, portanto, no século XIX, no contexto da reforma da Igreja Católica Apostólica Romana em nosso país, que a vida religiosa feminina sofreu mudanças profundas com a criação de organizações específicas.

De acordo com Nunes, no período Imperial, duas congregações femininas iniciaram atividades em terras brasileiras: as Filhas de Caridade, em 1849, e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858. No período subsequente, intensificou-se a vinda de religiosas estrangeiras, em particular francesas e italianas, para o trabalho no campo educacional. Nunes (2001, p. 492) assinala que, em 48 (quarenta e oito) anos, ou seja, “Entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações europeias se estabelecem em terras brasileiras; outras dezenove

também são fundadas no Brasil por essa época”, perfazendo um total de setenta e sete congregações.

Corroborando a tese da expansão do número de congregações estrangeiras que se estabelecem em território brasileiro no século XIX, especificamente a partir de 1821, Leonardi (2008, p. 16) destaca que:

Havia uma concentração das Congregações em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde se instalavam, sobretudo, aquelas de origem francesa e italiana. Entre as congregações femininas contam-se 20 francesas e 12 italianas e, entre as masculinas, 10 francesas e 9 italianas.

Leonardi coteja dados sobre as congregações que vieram para o Brasil constituindo um mapa, por meio do qual se pode perceber as diferenças qualitativas entre as congregações, do ponto de vista da posição na história da Igreja, das atribuições, quanto ao histórico das fundações, a data de chegada, bem como localização e funções. Nesse sentido, afirma:

Frequentemente, associa-se a vinda das congregações francesas à educação de elite. De fato, 14 entre 16 congregações femininas francesas que vieram para o Brasil no período dedicavam-se à educação. No entanto, em São Paulo a divisão de território entre francesas e italianas pode ter levado à outra orientação: ao refletir sobre os dados levantados na tentativa de construção do mapa, percebi que as congregações francesas aqui instaladas dedicavam-se a tarefas bem diversificadas. Em 1858 chegaram as Irmãs de São José de Chambery, instalando um colégio de elite em Itu. Em 1906, as Cônegas de Santo Agostinho instalaram-se na cidade de São Paulo, também se dedicando à educação. Em 1908, chegaram as Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux, também na cidade de São Paulo, dedicando-se ao cuidado de doentes. Em 1912, chegaram as Sacramentinas, voltadas para a contemplação. E finalmente, malgrado a finalidade a que se dizia destinada, a Congregação de Nossa Senhora do Calvário chegou ao Brasil para tomar conta do asilo. (LEONARDI, 2008, p.16)

Quanto ao papel das congregações religiosas femininas na história da Igreja Católica, Leonardi destaca que somente a partir do século XVIII elas adquiriram relevância. Nesse sentido, pondera:

No século XVIII o movimento de vinda de congregações estrangeiras masculinas parece cessar, e inicia-se o processo de vinda das congregações femininas, embora este número seja ínfimo: apenas 03. No entanto, é necessário ressaltar que a chegada de congregações masculinas concentra-se nas últimas décadas do século XIX, enquanto as femininas se dividiram ao longo de todo século, ou seja, há uma constância na entrada de congregações feminina no Brasil a partir de meados do século XIX. Já no início do século XX, o movimento está claramente configurado, o número de Congregações femininas ultrapassava consideravelmente o número de masculinas, pois 34



femininas chegaram entre 1900 e 1912, e somente 11 masculinas, para o mesmo período. Assim pude evidenciar que o movimento de vinda das congregações estrangeiras para o Brasil foi o mesmo iniciado no século XIX e teve seu ápice nas primeiras décadas do século XX. Além disso, o número de congregações femininas ultrapassava sensivelmente o número de congregações masculinas. (LEONARDI, 2008, p. 15)

Observando esse quadro, é possível vincular a “clericalização” do catolicismo brasileiro com seu processo de “feminização”. Todavia, conforme Nunes, a feminização do catolicismo, na Europa e no Brasil, não significou um investimento das mulheres no exercício do poder sagrado, mas apenas a reafirmação de sua posição de subordinada. Conclui-se, portanto, que é justamente porque a Igreja Católica Apostólica Romana nutriu, no período de sua reforma, práticas e discursos restritivos em relação às mulheres, que conseguiu incorporá-las em sua tática de reforma institucional.

Concordando com essas análises relativas à expansão da presença de congregações religiosas no país, sobremaneira femininas, apresentam-se, na sequência, as congregações que se instalaram em Goiás, dentro recorte temporal adotado, e auxiliaram os bispos goianos na reforma empreendida na Igreja Católica Apostólica Romana no estado, atuando particularmente no âmbito da educação escolar.

- **1889** – Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Santíssimo Rosário de Monteils;
- **1899** – Ordem de Santo Agostinho;
- **1894** – Redentoristas;
- **1921** – Irmãs Agostinianas Missionárias;
- **1921** – Irmãs da Terceira Ordem Seráfica (Franciscanas da Ação Pastoral);
- **1935** – Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado;
- **1937** – Irmãs da Sociedade das Filhas do Coração de Maria;
- **1941** – Salesianos/as.

Assim, a partir da República, é possível assinalar a criação das primeiras escolas católicas em Goiás. Nascimento (2007) e Moura (2000) registram a presença de (3) três escolas católicas no estado entre 1890-1930. No entanto, registra-se um total de (7) sete escolas: Colégio Sant’Ana (Cidade de Goiás), Colégio Santa Catarina (Bela Vista), Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus (Catalão), Colégio Santa Clara (Campinas), Colégio Arquidiocesano Anchieta (Bonfim), Colégio Sagrado Coração de Jesus (Porto Nacional) e Externato São Thomaz de Aquino/Seminário São José (Porto Nacional). Vale ressaltar que

essas escolas ofertavam, inicialmente, o ensino primário, passando algumas delas a funcionar, posteriormente, com o complementar, curso normal e secundário.

A seguir, situa-se a ação educacional dos institutos religiosos que vieram para Goiás, no período em estudo, assim como a data e localidade em que atuaram no ensino secundário.

O ENSINO SECUNDÁRIO EM GOIÁS: A HEGEMONIA DAS ESCOLAS CATÓLICAS (1889/1945)

Em agosto de 1945, segundo dados extraídos da Divisão do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação, órgão responsável por esse nível de ensino, em Goiás havia 15 (quinze) estabelecimentos que ofereciam ensino secundário, curso que compreendia dois ciclos. O primeiro ciclo, de 4 (quatro) anos de estudo – curso ginásial – era ofertado em estabelecimentos denominados ginásios; e o segundo ciclo, de 3 (três) anos de estudo, dividido nos cursos clássico e científico, era ofertado em estabelecimentos denominados colégios.

Na lista de escolas secundárias existentes em Goiás, apresentada por esse órgão do MEC, das 15 (quinze) escolas existentes, 3 (três) eram públicas e 12 (doze) particulares, todas confessionais, sendo 10 (dez) católicas. A seguir, apresentam-se as escolas, a localização e o ano de início do curso secundário em cada uma delas.

Público

1. Colégio Estadual de Goiânia³ – Goiânia. 1937.
2. Ginásio Oficial de Goiás⁴ – Goiás. 1942.
3. Ginásio Municipal de Ipameri – Ipameri. 1933.

Particular

³ Colégio Estadual de Goiânia, estabelecimento padrão, fundado na Cidade de Goiás em 1847, com a denominação de Liceu de Goiás, transferido em 1937 para Goiânia.

⁴ Quando da transferência da capital para Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira, para atender reivindicações da população da Cidade de Goiás, antiga capital do estado, através da Lei n. 133 de 19/06/1937, criou o Ginásio Oficial do Estado, em Goiânia. Desse modo, assegurava-se a permanência do Liceu na antiga capital. Todavia, poucos meses depois, pelo Decreto n. 3 de 27/11/1937, o governador recuou dos planos iniciais e transferiu o Liceu para a nova capital, e pelo decreto n. 247 de 27/01/1937 e n. 347 de 23/02/1938 criou e organizou uma Sucursal do Liceu na Cidade de Goiás. (BARROS, 2012) Segundo Bretas (1991), tratava-se de uma estratégia, que não deu certo, para evitar os trâmites burocráticos quanto à equiparação de uma nova escola. O arranjo enquanto extensão funcionou até o decreto lei 5802 de 30 de maio de 1942, quando o Liceu de Goiás passou a se denominar “Colégio Oficial de Goiaz”. No art. 1 da Lei N. 284 de 28 de novembro de 1948 consta a determinação que se erigisse em Colégio o Ginásio Oficial de Goiás com a denominação de Colégio Estadual de Goiás.

1. Colégio Santo Agostinho – Goiânia. (1937). Irmãs Agostinianas Missionárias.
2. Ginásio Arquidiocesano Municipal⁵ – Anápolis. 1938
3. Ginásio Ateneu Dom Bosco – Goiânia. (1942). Salesianos;
4. Ginásio Auxilium – Anápolis. (1943). Irmãs Salesianas.
5. Ginásio Nossa Senhora Mãe de Deus⁶ – Catalão. (1937). Irmãs Agostinianas Missionárias.
6. Ginásio Arquidiocesano Planalto – Formosa. (1942). Salesianos.
7. Ginásio Nossa Senhora Aparecida – Ipameri. (1945) – Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado.
8. Ginásio Hermenegildo de Moraes – Morrinhos. (1936). Estigmatinos.
9. Ginásio Arquidiocesano Anchieta – Silvânia. (1926). Salesianos
10. Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora – Silvânia. (1943) – Irmãs Salesianas.
11. Ginásio Couto Magalhães – Anápolis. (1941). Escola Protestante.
12. Ginásio do Instituto Grambery – Pires do Rio (1941). Metodista.

Os dados oficiais referentes ao ensino secundário foram confrontados com duas listagens: uma publicada no livro **Dom Emanuel**: arcebispo da providência, da instrução e da paz; e outra publicada no livro **A educação católica no Brasil**, oriunda de uma pesquisa realizada pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS). A primeira listagem provavelmente foi feita por membros da Igreja Católica goiana, haja vista sua publicação inicial na Revista da Arquidiocese de Goiânia em 1961, traz as escolas fundadas durante o episcopado de Dom Emanuel. Nela, constam os ginásios católicos referenciados na lista da Divisão do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação e mais um, que funcionou em um seminário no norte do estado: o Externato São Thomaz de Aquino/Seminário São José – Porto Nacional (1929)⁷.

Na lista do CERIS, falta o Ginásio Nossa Senhora Aparecida de Ipameri, e consta o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, que funcionou em Jataí (1941). Cumpre salientar que, na lista da pesquisa do CERIS sobre escolas católicas no Brasil – adensada ao livro de

⁵ Fundado em 1938 com o nome de Ginásio Municipal de Anápolis, em 1939 foi entregue aos Salesianos e passou a se chamar Ginásio Municipal Salesiano de Anápolis. Em 1942 mudou para Ginásio Arquidiocesano Municipal de Anápolis até 1945 quando foi entregue aos Franciscanos e passou a se chamar Ginásio São Francisco de Assis, posteriormente com o segundo ciclo do secundário, em 1951, Colégio São Francisco de Assis.

⁶ A data de fundação dessa escola é 1921.

⁷ Dourado (2010) assinala a existência do ensino secundário nessa instituição em 1929. Cf. DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins**: Ginásio Estadual de Porto Nacional. Programa de Pós-Graduação em Educação. FE/UFG: Goiânia. [Tese de doutoramento], 2010.

Moura (2000) em 6 (seis) anexos, organizados em períodos: 1890/1930, 1931/1945, 1946/1964, 1965/1985, 1986/1996 e o sexto de escolas cujas mantenedoras não mencionaram o ano de fundação, em um total de 70 (setenta) estabelecimentos – faltam importantes escolas que funcionaram em Goiás, inclusive a primeira, o Colégio Sant’Anna.

Sobre a intenção de apresentar dados precisos sobre as escolas católicas fundadas no Brasil, Moura (2000, p. 99) diz:

Pretendíamos apresentar, em cada um dos períodos que iremos descrever, uma enumeração pormenorizada das escolas católicas neles criadas, com a data de chegada ao Brasil da congregação religiosa responsável por elas. Não foi fácil vencer o obstáculo derivado do grande número de instituições, bem como da falta de informações disponíveis.

De igual modo, salienta-se a dificuldade de encontrar fontes para assegurar a identificação das escolas católicas goianas, de forma a assegurar o nome da instituição, local, data de início do funcionamento do Curso Secundário e a congregação responsável. Para suprir as lacunas, valeu-se da literatura disponível e da legislação. Neste artigo, optou-se por trazer as instituições referenciadas nas estatísticas oficial, além das informações apresentadas em publicações vinculadas à Igreja Católica.

De todo modo, não surpreende que em Goiás o ensino secundário fosse ofertado majoritariamente em escolas católicas. Afinal, conforme dados apresentados por Bruneau (apud MOURA, 2000), essa era a realidade no país por volta de 1931, quando o predomínio da ação católica nesse nível de ensino era de três quarto das 700 (setecentas) escolas secundárias em funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi configurar a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana em Goiás no campo educacional. Nesse sentido, procurou-se mostrar a educação como uma diretriz importante do movimento reformador católico, o qual contou com a contribuição de ordens e congregações religiosas. Essa configuração confirma o que pesquisas acerca da história do catolicismo no Brasil assinalam, ou seja, que a atuação dos religiosos no campo educacional a partir da segunda metade do século XIX se tornou uma prioridade absoluta, de modo que eram raros os institutos religiosos que não se envolviam com a educação.

O quadro que se apresenta no estado de Goiás, especialmente quanto ao ensino secundário, não foge à regra do que ocorria no restante das unidades da federação à época. Na verdade, essa situação resulta do fato de a legislação educacional da primeira república não ter avançado quanto às orientações do sistema de ensino do período imperial. Outro fator, evidentemente, foi o processo de povoamento do estado. Há que se destacar a posição pioneira assumida pela Igreja Católica Apostólica Romana desde o início do povoamento, assim como a conformação política estabelecida entre essa instituição e os poderes públicos. A linha de continuidade entre os interesses do poder constituído e da Igreja Católica Apostólica Romana possibilitou a sua hegemonia no campo educacional goiano no período em estudo.

Enfim, para efetivar o projeto de criação de colégios católicos, os bispos goianos contaram com a anuência e apoio financeiro e político tanto do poder público quanto da oligarquia. A aliança estabelecida entre Igreja Católica Apostólica Romana, Estado e oligarquia se deve à identificação quanto à concepção de educação vigente no Brasil à época. Assim, em face da coincidência em termos de objetivos e por falta de recursos para constituir e expandir um sistema público de instrução secundária, o estado optou por subsidiar financeiramente a criação de uma rede de escolas católicas.

Referências

AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994. (História do Pensamento Católico. V. 4).

BARROS, Fernanda. **O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais**. Goiânia. Programa de Pós-Graduação em Educação FE/UFG, 2012. [Tese de Doutorado].

BRASIL. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. **Ensino Secundário**. Rio de Janeiro, 1945.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da Instrução Pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

CASTRO, José Luiz de. **A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726/1824)**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais/Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Católicas (CERIS/ANAMEC). Pesquisa sobre as escolas católicas do Brasil e levantamento dos estabelecimentos do ensino superior católico do Brasil. In: MOURA, Pe.

Laércio D. **A educação católica no Brasil: passado, presente e futuro.** São Paulo: Loyola, 2000.

GOIÁS. **Lei n. 284 de 28 de novembro de 1948.** Erige em Colégio o Ginásio Oficial de Goiás, dá-lhe nova denominação, e toma outras providências.

Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1948/lei_284.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2017.

GONÇALVES, Ana Maria. **Educação secundária feminina em Goiás:** intramuros de uma escola católica (Colégio Sant'Anna – 1915/1937). Araraquara. Faculdade de Ciências e Letras/Universidade Estadual Paulista, 2004. [Tese de Doutorado].

LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos:** memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil. São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, 2008. [Tese de Doutorado].

MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica. In: SOUZA, Rogério Luiz de e OTTO, Clárcia (Orgs.) **Faces do Catolicismo.** Florianópolis: Insular. 2008, p. 41-59.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al.]. **Instituições Escolares no Brasil:** o conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

NUNES, Maria J. R. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORI, Mary (org.) e PINSKY, Carla B. (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil.** 10^o ed. 2^o reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p.482-509.

SILVA, Maria da Conceição. Casamento na Cidade de Goiás (1860-1920). In: QUADROS, Eduardo Gusmão de (Org.); SILVA, Maria da Conceição (Org.). **Cristianismos no Brasil Central:** história e historiografia. 1. ed. Goiânia: UCG, 2008, p. 71-86.

RICHARD, P. **Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja.** São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

SANTOS, Leila Borges Dias. **Ultramontanismo e catolicismo popular em Goiás de 1865 a 1907 à luz da sociologia da religião.** Brasília. 2006. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Tese de Doutorado. UnB.

SILVA, Mônica Martins. **A Festa do Divino.** Romanização, Patrimônio e Tradição em Pirenópolis (1890/1988). Goiânia. 2000. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História.

SILVA, C. J. Trindade da Fonseca. **Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás.** 1^o vol, São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1948.



VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias. Goiânia; 1997. Dissertação de mestrado. UFG.